

A CRISE DA CORONA E A NECESSÁRIA REFORMA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PÚBLICOS

Posted on 27. April 2020

A crise da Corona e a necessária reforma do direito público Antes de qualquer "democratização" política, os meios de informação devem ser reformados

Um ponto de vista de Jochen Mitschka.

Qualquer pessoa que tenha seguido os anúncios do Chanceler alemão em 15 de Abril terá notado que a suspensão dos direitos civis se justificava pelo risco de colapso do sistema de saúde alemão face à pandemia (5).

Nenhum dos jornalistas presentes nas conferências de imprensa ousou perguntar por que razão o sistema de saúde se encontrava num estado tão deficiente e despreparado que tais medidas fossem necessárias, apesar de se saber desde 2013 que uma tal pandemia ocorreria (2). Também ninguém perguntou por que razão demorou até 14 de Abril para o Governo alemão divulgar descobertas há muito conhecidas na Ásia, tais como a utilidade das máscaras do quotidiano nos transportes públicos. E também ninguém perguntou porque tivemos de baixar o número de reprodução do vírus para o máximo de $R=1$ para facilitar o encerramento, quando segundo o Instituto Robert Koch este número de reprodução já tinha sido atingido no início da revogação da Lei Básica. Este tipo de reportagem judicial lança uma luz clara sobre o papel dos meios de comunicação social "oficiais".

Nos seus modelos baseados em epidemias do passado (3), o Dr. Wittkowski tinha mostrado que a Alemanha tinha iniciado o seu encerramento demasiado cedo, tornando extremamente provável uma recuperação (4). Globalmente, embora as medidas extremas impedissem uma "sobrecarga do sistema de cuidados de saúde", o número total de vítimas poderia então ser ainda mais elevado do que se tivessem sido tomadas medidas adequadas num momento ligeiramente posterior à Alemanha. Contudo, o sistema de saúde, cada vez mais privatizado e rentável, não dispunha de reservas suficientes, que poderiam ter sido organizadas por uma armazenagem inteligente (first-in - first-out), nem existiam capacidades de enfermagem ou camas disponíveis para fazer face de forma adequada a uma investida prevista. E assim, com o pânico gerado nos meios de comunicação social ao mesmo tempo, os políticos não tiveram outra alternativa senão corrigir os seus erros cometendo outro erro. E ninguém nos meios de comunicação de qualidade fez a primeira página. Nos meios de comunicação social públicos, porque os partidos políticos estavam no poder, nos privados, porque isso deveria ter sido um olhar crítico sobre a privatização do sistema de saúde. Mas concentremo-nos nos meios de comunicação social de serviço público.

Como vimos também nos últimos meses com outros exemplos, os meios de comunicação social de

serviço público não têm representado os interesses dos consumidores dos meios de comunicação social e criaram um "mercado de opiniões" no qual os utilizadores podem formar as suas próprias opiniões. Não estavam certamente à altura do papel de um "quarto poder no Estado", como parte de uma separação de poderes moderna. Pelo contrário, foram mal utilizadas como porta-voz e para o reforço propagandístico da política governamental.

Agora alguns dirão que isto teria salvado muitas vidas, como é óbvio. Porque, desta forma, as pessoas teriam ficado em casa, em vez de infectarem os pré-ilhos e os idosos, que teriam então de asfixiar em agonia. Ignoremos o facto de várias dezenas de cientistas contradizerem agora isto, sobretudo o Prof. Bahkdi (13). Então este argumento soa como se se defendesse a pena de morte com o abismo do crime, ou CONTRA a pena de morte com o ridículo do crime. Trata-se realmente de princípios fundamentais, de questões de ética e de autodeterminação das pessoas, de questões de democracia.

Agora também se pode ignorar o facto de que existem análises sérias que afirmam que o encerramento não teve qualquer influência na propagação da COVID-19 (10), ou se as medidas tomadas não prejudicaram sequer mais pessoas do que teria sido possível se o governo tivesse sido preparado para uma pandemia. Porque então o sistema de saúde teria sido preparado, se o governo tivesse podido esperar mais tempo com restrições. O que poderia ter evitado uma recuperação, o que agora parece provável, segundo o Professor Wittkowski (6). Mais uma vez, tinha sido prevista uma pandemia no Bundestag em 2013, mas os políticos não a tinham implementado de forma adequada, tendo-se fixado na privatização e na obtenção de lucros.

Por último, os meios de comunicação social não criticaram, de forma irresponsável, a fim de se prepararem melhor para futuras pandemias (7). Já para não falar do silêncio mortal relativo à eliminação permanente da protecção constitucionalmente garantida da privacidade através de aplicações de vigilância (9).

Os meios de comunicação social de serviço público

Todos sabem que os meios de comunicação social privados representam, em grande medida e de forma substancial, os interesses da classe alta. Isto já estava claro quando a República Federal foi fundada. Por esta razão, a chamada "radiodifusão pública" foi fundada como um contrapeso. Uma solução que tornou possível deixar o espírito do capitalismo agir livremente e realizar uma correcção sob a forma de um contrapeso. É tempo de implementar as boas ideias do serviço público de radiodifusão no século XXI, começando com a mudança de nome para "meios de

comunicação social de serviço público".

A fase de histeria sobre um vírus corona, que se encontra actualmente no seu auge, mostra de forma impressionante que, sem uma reforma fundamental dos meios de comunicação, a Alemanha não tem qualquer hipótese de realizar uma reorientação política para os verdadeiros interesses das massas. Isto porque a radiodifusão pública e os meios de comunicação social privados representam hoje em dia, em grande medida, as mesmas ideologias e interesses.

O que é essencialmente o apoio dos partidos políticos estatais alemães. No caso dos meios de comunicação social privados, tal deve-se ao facto de o Governo representar os interesses dos seus grupos de pressão (por exemplo, a privatização do sistema de saúde) e, no caso da radiodifusão pública, porque é controlada pelo consenso dos partidos alemães detentores do Estado. Tal como estes partidos controlam os deputados, o governo e o poder judicial por um consenso fundamental, é por isso que a expressão "separação de poderes num pilar" (1) é perfeitamente justificável.

No caso da crise da Corona, tornou-se claro como as organizações internacionais criaram portas abertas nos meios de comunicação social alemães com o seu conceito de "informação sobre as inundações" e "desacreditar as falsas notícias" (8), transmitindo assim uma imagem completamente unilateral nos meios de comunicação social, o que impossibilitou o consumidor médio de meios de comunicação social de formar uma opinião independente sobre a situação. Só quando dezenas de cientistas de renome começaram a criticar e o descrédito se tornou cada vez mais ineficaz é que se viram os primeiros artigos cautelosos com algumas questões.

É tempo de levar a sério as ideias originais da radiodifusão pública e de as pôr em prática. Transformemo-la num verdadeiro "serviço público de comunicação social". Com o objectivo de criar um mercado de opiniões real e pluralista, que permita aos cidadãos responsáveis formar as suas próprias opiniões. Eis as propostas para discussão:

Um regresso ao serviço universal.

Os eventos desportivos, os concertos pop, os espectáculos de comediantes, em curta duração, que não têm carácter informativo e não podem ser atribuídos a serviços culturais básicos, devem ser subcontratados a uma empresa de comunicação social que, a longo prazo, tem de gerir sem subsídios provenientes das taxas de radiodifusão. A sátira como forma de arte está explicitamente excluída, uma vez que o cabaré político pode servir não só para entretenimento, mas também para informação e educação. Esta nova entidade pode ser financiada quer através de modelos de

pagamento, quer através de publicidade.

Controlo pelos consumidores

Até à data, o controlo dos meios de comunicação social públicos tem sido exercido em grande medida pelos partidos políticos, sob a influência das igrejas, dos sindicatos e de outras organizações de lobby. É mais que tempo de o controlo ser assumido pelos próprios consumidores dos meios de comunicação social. Uma vez que os meios de comunicação social públicos são organizados por país, ou seja, já a nível regional, é aconselhável controlá-los através da eleição de delegados a nível distrital ou estatal, paralelamente à eleição dos parlamentos distritais ou estatais. Os delegados que concorrem às eleições não podem exercer funções ou cargos em partidos políticos. Só assim se poderá reduzir a influência dos partidos políticos na cobertura mediática. Para além da eleição, a nomeação para os órgãos de controlo correspondentes dos organismos de radiodifusão deve ser determinada por um procedimento de lotaria e/ou rotação, bem como pela limitação dos "mandatos", a fim de reduzir qualquer tipo de corrupção.

Os direitos e deveres deste organismo de controlo devem ser desenvolvidos, mas podem inicialmente basear-se nos dos organismos existentes que têm sido significativamente influenciados pelas partes até agora.

Formadores de opinião

As emissões supra-regionais com cobertura especial de grande importância, como a Tagesschau, são controladas por um conselho de imprensa eleito pelos eleitores em paralelo com o Bundestag. Os seus representantes também não estão autorizados a exercer mandatos ou cargos políticos em partidos políticos e estão sujeitos às regras acima mencionadas.

Redução da administração

As direcções dos organismos de radiodifusão serão fundidas sempre que tal faça sentido em termos de custos e eficiência. O facto de isto, tal como os pontos anteriores, não estar de acordo com os requisitos constitucionais básicos do federalismo não deve constituir um obstáculo, se considerarmos a facilidade com que as alterações constitucionais foram aprovadas pelas partes no passado e a rapidez com que os direitos civis mais importantes acabaram de ser revogados, porque o consenso partidário o considerou necessário.

Inclusão de meios de comunicação alternativos

Parte do tempo de emissão é reservada a meios de comunicação alternativos. A distribuição é

efectuada por uma auto-organização dos mesmos, sem a influência das organizações de serviço público, mas sob o mesmo controlo dos utilizadores dos meios de comunicação social, tal como acima descrito.

Para além da auto-organização, existe um conselho consultivo de cientistas eméritos que estão preparados para avaliar e, se necessário, recomendar meios de comunicação alternativos, especialmente os menos bem considerados. Escusado será dizer que estes conselheiros não podem ter mandatos ou cargos políticos em partidos políticos ao mesmo tempo. Os pareceres dos cientistas destinam-se a evitar que apenas sejam utilizados números de clique para uma avaliação. Ao não envolver cientistas que estão na vida profissional activa, impede-se que seja dada uma visão colorida pela carreira ou por outros interesses, que não haja dependência financeira e que seja possível o trabalho voluntário.

Participação dos trabalhadores

Para além do controlo do consumidor sobre os meios de comunicação social de serviço público, é eleito um conselho de pessoal pelos funcionários e freelancers abaixo do nível dos chefes de departamento. Este conselho tem o direito de delegar representantes no Conselho de Controlo dos Consumidores. Se um dos representantes ocupar um cargo ou função num sindicato ou outra representação de interesses (por exemplo, conselho da igreja), deve deixá-lo inactivo durante o período da sua atribuição ao conselho dos trabalhadores.

Transparência para os jornalistas

Infelizmente, nos últimos anos, descobrimos que o jornalismo clássico, bastante teórico e neutro, já não existe. Na verdade, todo o jornalismo sempre foi colorido e determinado pelo mediador da notícia ou do comentário. Mas nos últimos anos o vício tinha-se tornado uma virtude. Por outras palavras, como jornalista, declara-se oficialmente como pertencente a uma ou outra linha de pensamento. Isto foi tão longe que alguns "verificadores de factos", numa inspecção mais aprofundada, mostraram ser verificadores de opinião, sem fazer um maior esforço para esconder isto.

A fim de permitir uma reportagem equilibrada e pluralista nos meios de comunicação social públicos, é necessário tornar estas escolas de pensamento dos jornalistas oficiais e transparentes.

Por esta razão, os jornalistas devem ser capazes de "explicar" e de ser atribuídos a uma linha de pensamento, de facto, devem ser colocados num "buraco de pombo". Se se recusarem a fazê-lo, o que é obviamente possível, o seu trabalho será então examinado por um painel de consumidores

dos meios de comunicação social para ver se conseguem manter a sua alegada neutralidade. É possível que, a longo prazo, isto conduza a uma informação com menos opiniões.

Os departamentos editoriais devem assegurar que os representantes de todas as "escolas de pensamento" sejam, na medida do possível, tidos em conta. Também faz sentido nomear os jornalistas envolvidos na abertura dos créditos dos programas com as suas auto-avaliações relativamente à "linha de pensamento" ou declaração de neutralidade.

Defesa contra o lobbyismo

Todos os órgãos de controlo e direcção devem assegurar que, ao contrário do sistema actual, os grupos de pressão, tais como representantes de religiões, partidos políticos, sindicatos, associações empresariais ou comunidades semelhantes, não tenham qualquer influência nas emissões. Em particular, a influência das chamadas "organizações não governamentais", que na realidade são grupos de pressão, por exemplo partidos políticos, ou seja, fundações partidárias, deve ser controlada pelos meios de comunicação social públicos. Isto seria então o contrário da política actual, que consiste em aumentar a cobertura mediática dessas fundações partidárias ou fundações privadas. Recordamos, por exemplo, como há cerca de um ano a Fundação Bertelsmann defendeu uma maior centralização e privatização do sistema de saúde e a redução de camas, apoiada pelos meios de comunicação social e pela política federal.

Supressão da obrigação de pagamento de taxas

Numa democracia, é intolerável que as pessoas sejam obrigadas a pagar por notícias que nunca encomendaram. Uma vez que é tarefa do Estado fornecer informação neutra, pluralista e equilibrada, a fim de tornar a democracia possível, as taxas devem ser cobertas pelas receitas fiscais. O contra-financiamento poderia provir de uma redução drástica dos subsídios às fundações políticas e do orçamento da defesa. Esta última, porque a melhor defesa é uma população esclarecida e leal, e esse é precisamente o objectivo da reforma dos meios de comunicação social.

É também urgentemente necessário limitar as despesas com os meios de comunicação social de serviço público. Por um lado, isto pode ser conseguido através da externalização de programas de entretenimento (ver ponto 1), por outro lado, dando a cada formato a oportunidade de obter serviços adicionais de investigação ou de radiodifusão através do crowdfunding.

Por uma questão de princípio, a publicidade não deve ser utilizada para cobrir os custos do serviço público de radiodifusão. Por outro lado, deve ser cobrado um imposto sobre as despesas de publicidade das empresas nos meios de comunicação social privados, que deve ser utilizado

específica e exclusivamente para verificar e questionar ou confirmar medialmente declarações publicitárias, bem como para investigar e documentar a influência da publicidade no conteúdo. Esta é também uma importante tarefa dos meios de comunicação social públicos.

Disponibilização de todas as contribuições na Internet

É intolerável que as contribuições financiadas pelo contribuinte, ou mais tarde neste modelo, pelo contribuinte, deixem de estar disponíveis passado algum tempo. Para além de uma eventual comercialização internacional, todas as contribuições devem estar disponíveis na Internet por um período de tempo ilimitado, pelo menos para cada alemão. E na medida em que os direitos são detidos pelos meios de comunicação social públicos, a exploração na zona germanófona deve ser regulamentada ao abrigo de uma Licença Creative Commons para uso geral. Se necessário, isto também pode ser possível através de uma alteração da lei.

É claro que as ideias aqui apresentadas não são conceitos acabados. Mas talvez uma sugestão para discussão. E se me perguntarem agora quem vai fazer valer um tal conceito, contra os interesses dos grupos que actualmente determinam o consenso dos meios de comunicação social, só posso responder: Aqueles que ainda não tentaram já perderam.

Revoluções e golpes militares

As revoluções e os golpes militares têm algo em comum. Em ambos os casos, uma das primeiras acções dos rebeldes consiste em assumir o controlo dos meios de comunicação social. Pelo contrário, pode-se dizer que o status quo nunca mudará enquanto as estruturas dirigentes controlarem os meios de comunicação social.

Por esta mesma razão, não faz sentido procurar uma mudança política séria sem antes ter tomado, pelo menos parcialmente, o poder sobre os meios de comunicação social das estruturas no poder. Os meios de comunicação social da Internet podem ter trazido um certo avanço no controlo dos meios de comunicação social. Mas no momento em que isto for mais do que uma função de folha de figueira para a "democracia", será alterado. Verificar-se-á que, tendo à sua disposição fundos ilimitados, até a Internet pode ser tomada sob o controlo daqueles que controlam os meios de comunicação social tradicionais. E como esta influência pode ser fácil no século XXI foi demonstrada pelos relatórios sobre a COVID-19.

Conclusão

Os detentores do poder na Alemanha tentaram encobrir as suas próprias falhas com o

encerramento total, foram além disso impulsionados por uma cobertura mediática populista, e estão agora a receber bofetadas na cara dos juízes que até os escolheram a dedo. Tal como no caso de um queixoso que tinha apresentado uma acção contra a proibição de manifestações e que recebeu não só todas as custas judiciais e custas judiciais, mas também, indirectamente, 25.000 euros de indemnização (através da fixação do montante em litígio) (11). Que, evidentemente, tem de ser pago pelos contribuintes, e não pelos políticos responsáveis. Mas é ao mesmo tempo uma bofetada na cara dos meios de comunicação social, que de forma alguma aproximou o ponto de vista do queixoso dos consumidores dos meios de comunicação social, mas reflectiu exclusivamente o lado da classe dominante.

Evidentemente, serão necessárias alterações jurídicas. Mas se um governo pode anular as partes mais importantes da Lei Básica, como no caso da COVID-19, também deveria ser possível fazer finalmente da radiodifusão pública uma "radiodifusão" que sirva realmente o povo, os eleitores, o soberano, e que seja controlada por ele.

Infelizmente, tal abordagem "apenas" seria do interesse dos eleitores, do povo da Alemanha, mas não do interesse dos grupos que actualmente determinam a política. Por este motivo, é tão pouco provável que seja implementado como a aprovação oficial de uma Assembleia Constituinte independente dos partidos políticos e de um referendo sobre a Constituição proposta por esta. Também aqui haveria o perigo de o consenso dos partidos, enquanto factor determinante da política alemã, poder ser substituído pela vontade dos eleitores. Enquanto o povo do Irão ou da Rússia for autorizado a votar a sua Constituição e quaisquer alterações, mas os eleitores alemães não o são, os políticos alemães tornar-se-ão ridículos na sua desvalorização destes sistemas sociais, mas sem que isso se reflecta nos meios de comunicação social.

Mas talvez os eleitores acabem por compreender que só faz sentido votar em partidos que estejam dispostos a submeter-se à vontade do eleitor. Enquanto os partidos que reivindicam oficialmente a "primazia da política" (8) para si próprios e insistem na "consciência do deputado" e não nas consequências da vontade do povo, é mais provável que nunca estejam dispostos a desistir ou apenas a reduzir o seu poder.

Por outras palavras, o eleitor terá de decidir se vai continuar a eleger uma organização sucessora da monarquia, sob a forma de aristocracia partidária, libertando-se assim da necessidade de tomar as suas próprias decisões. Ou se o eleitor vai insistir no seu direito à autodeterminação e nos princípios democráticos básicos. Princípios que, no entanto, só podem ser aplicados de forma realista se for oferecido aos eleitores um "mercado de opiniões" que lhes permita formar as suas

próprias opiniões.

Assim, vemos o clássico problema do frango e do ovo. E a reforma dos meios de comunicação social é o ovo aqui.

Fontes:

1. <https://kenfm.de/standpunkte-%E2%80%A2-die-einsaeulengewaltenteilung/>
2. <https://www.zdf.de/politik/frontal-21/versaeumte-pandemie-vorsorge-100.html>
3. <https://app.box.com/s/zbvwbjkaxmml1bzqnn3lskonxd7xy5n5>
4. <https://kenfm.de/standpunkte-%E2%80%A2-die-politik-und-die-wissenschaft-im-fall-von-covid-19/>
5. <https://youtu.be/IBXW5sNmiww?t=2092> bis 36:20
6. <https://app.box.com/s/zbvwbjkaxmml1bzqnn3lskonxd7xy5n5> Seite 18, Fig 15. SIR Model of SARS, Effect of Early Lockdown.
7. <https://kenfm.de/standpunkte-%E2%80%A2-covid-19-das-politische-surfen-auf-der-krise/>
8. <https://kenfm.de/standpunkte-%E2%80%A2-das-primat-der-politischen-parteien/>
9. <https://www.heise.de/newsticker/meldung/Coronavirus-Kontaktverfolgung-wird-Teil-von-Android-und-iOS-4702166.html> und <https://www.grundrechtenschutz.de/allgemein/allgemeines-personlichkeitsrecht-260#sphren-theorie>
10. https://www.achgut.com/artikel/der_lockdown_ist_nahezu_wirkungslos_eine_beweisschrift
11. https://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/DE/2014/06/rk20140620_1bvr098013.html
12. https://www.rki.de/DE/Content/Infekt/EpidBull/Archiv/2020/Ausgaben/17_20_SARS-CoV2_vorab.pdf (Seite 14)
13. <https://youtu.be/Y6W-JIMCfmo>

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar o artigo.

+++

Fonte da imagem: [Lukassek](#) / shutterstock

+++

A KenFM esforça-se por obter um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir os pontos de vista dos redactores.

+++

Gosta do nosso programa? Informações sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora também nos pode apoiar com as Bitcoins.



BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK